



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 244 - DE 19 a 23 de AGOSTO DE 2002- R\$ 1,00

**Contra o desemprego:**

**É HORA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS!**

**QUE A CUT E OS SINDICATOS CONVOQUEM  
UMA CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA,  
PARA RESPONDER AO DESEMPREGO E A  
DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS.**

**PT se rende às pressões da burguesia**

**Combater a ALCA  
Frente Única  
Antiimperialista**

**A greve universitária  
no Paraná**

**Greve na FFLCH-USP  
acaba após 106 dias**

**Bolívia: a maioria se abstém ou vota nulo**

**Contra os partidos burgueses  
e o reformismo conciliador,  
nas eleições gerais de 2002:**

**VOTO NULO  
PROGRAMÁTICO**

# Quinzena da Luta operária

## Mercedes

Mais uma vez a Mercedes quer demitir centenas de operários para manter seus lucros. A multinacional se protege da crise econômica descarregando seu peso em nossas costas. É com luta que vamos enfrentar a destruição de postos de trabalho, o desemprego, o rebaixamento dos salários e a destruição dos direitos trabalhistas.

A plenária, realizada no sindicato, que discutiu a proposta da Mercedes, mostrou a disposição de luta dos companheiros. Estão contra a imposição do PDV.

Nos momentos de crise, a empresa fala em redução de custos. A gente sempre está cedendo e discutindo as medidas dos patrões por empresa. Questionou: quantos acordos já foram feitos na Mercedes? O PDV sempre esteve nesses acordos. E nada resolveu, porque sempre estamos no mesmo ponto

Aceitar o PDV é morrer aos poucos. Ou lutamos ou morreremos aos poucos, de nada adianta aumentar o valor do PDV, se a gente está sendo mandado embora.

Ser demitido significa não encontrar outro emprego. O problema do desemprego não é individual. Atinge uma boa parte da classe operária. Os metalúrgicos sabem quantos companheiros já foram sacrificados. Temos que rejeitar qualquer demissão e denunciar as imposições do PDV.

Chega de demissão! Chega de desemprego!

Reduzir a jornada sem nenhuma redução de salário!

## A Proposta foi rejeitada

Na assembléia realizada a proposta patronal foi rejeitada porque os trabalhadores não aceitam as demissões na

unidade. "Os trabalhadores não aceitam que ninguém seja dispensado".

Os trabalhadores encaminharam o resultado da assembléia para a fábrica e outra reunião deve ser marcada para discutir o assunto.

## GM

A GM insiste em demitir 808. Com o facão na mão, a montadora exige do sindicato um acordo maldito. Quer que 700 metalúrgicos aceitem o PDV, como parte de um acordo. Os 108 companheiros temporários já vão direto para a rua. Os demais pontos do acordo: 1) férias coletivas, 2) fechamento do segundo turno da produção, 3) banco de horas. 4) suspensão temporária (lay-off) de contrato de 700 metalúrgicos, com redução de 20% nos salários. Isso depois de já ter imposto o PDV para 703 metalúrgicos. De 8300 operários, a montadora passou para 7800. Mas não foi suficiente para defender seus lucros. Quer mais cortes.

Essas medidas são uma imposição contra a classe operária. Destroem postos de trabalho, reduzem salários e eliminam direitos trabalhistas.

## Scania

A Scania seguiu o caminho das outras montadoras. Deu férias coletivas em julho e quer demitir inicialmente 70. Em janeiro, já havia imposto a redução da jornada com redução de salários e demitiu 160. Somados aos 70, temos a destruição de 230 postos de trabalho. As 70 demissões implicariam na quebra da cláusula de estabilidade provisória do acordo maldito feito em 2001.

## Fiat

A Fiat pôs em andamento um calendário de férias coletivas. A ordem da

matriz é reduzir a produção ao máximo. O que é que vem depois? Todos sabemos: demissões.

A Ford, a Renault e Peugeot Citröen fazem o mesmo que a Fiat. O que vem depois?

## Volks

Na Volks foi implantada novamente a semana de 4 dias. Os salários foram reduzidos em 15%. Avançou a terceirização. E se as vendas continuarem caindo? A Volks não demitirá?

Devemos nos preparar contra isto

## Nossa luta contra o desemprego

Temos de ter uma resposta de conjunto da classe operária. Devemos dizer: unidade operária em luta contra a crise e os ataques patronais. As negociações por fábrica nos colocam num beco sem saída. Ao contrário disso, um movimento geral unitário da classe operária terá força para levantar um programa próprio em defesa do emprego e do salário e contra o capitalismo.

Que o nosso sindicato convoque assembléia geral para organizar o movimento unitário da classe operária contra as demissões e destruição de direitos trabalhistas.

Que os sindicatos metalúrgicos de São Bernardo e de São Caetano convoquem uma assembléia unificada para unir todos os metalúrgicos numa campanha única.

Que os sindicatos metalúrgicos exijam da CUT convocação de assembléias em todos os sindicatos e por todo o país para enfrentar as medidas de crise que levam às demissões e destruição de direitos trabalhistas.

Miite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-irotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

**Duas políticas: A patronal e a operária**

PATRONAL	OPERÁRIA
Os patrões respondem à crise com demissões, redução de salário, terceirização, eliminação de direitos trabalhistas	Os operários respondem à crise defendendo o emprego, o salário e as conquistas trabalhistas com: Redução da jornada sem reduzir os salários (escala móvel das horas de trabalho). Reposição das perdas salariais. Fim da terceirização. Fim do trabalho temporário. Defesa de todos os direitos trabalhistas
Os patrões impõem o PDV	Os operários dizem que o PDV é demissão
Os patrões afirmam que não há outra saída a não ser demitir uma parte para conservar outra com salários menores.	Os operários afirmam que a saída é reduzir os lucros dos capitalistas, sem destruir postos de trabalho e sem reduzir salários.
Os patrões dizem que seus lucros já estão reduzidos e que cabe aos operários contribuir sacrificando uma parte do emprego e do salário	Os operários dizem que todos os patrões devem abrir os livros de contabilidade para que os todos os trabalhadores conheçam por dentro os negócios das empresas
Os patrões explicam que a culpa é do mercado, da concorrência, do número elevado de montadoras no Brasil e que os impostos são altos	Os operários explicam que esse é um problema da economia capitalista não somos nós que criamos a crise. Ao contrário, nós somos explorados e quem produz toda riqueza. Nossa resposta para a crise é conquistar o controle operário da produção
Os patrões dizem se preocupar com o futuro de nossos empregos por meio de acordos de flexibilização do trabalho	Os operários dizem que esses acordos só servem aos interesses de quem explora o nosso trabalho. Esses acordos são malditos
Os patrões querem nos convencer que o nosso futuro está em suas mãos. Por isso, os operários devem colaborar com o capital.	Nós operários respondemos que o nosso futuro está na luta contra a exploração capitalista. Ao invés de colaborar, organizamos o movimento grevista. Nenhum patrão colabora com os trabalhadores. Os patrões impõem suas medidas pela força, pela repressão, pelo terror das demissões.

## Apoiar o Plebiscito sobre a Alca com uma posição antiimperialista e anticapitalista

É preciso dizer sem rodeios o que é a Alca. Trata-se de mais uma forma do domínio imperialista sobre os países capitalistas atrasados e semicoloniais da América Latina. Corresponde especificamente aos interesses dos monopólios norte-americanos.

Na divisão do mundo pelas potências (Grupo dos 7), a América do Sul e Central estão sob o controle hegemônico dos Estados Unidos. A influência existente já não basta. Os monopólios e capitais radicados nos EUA têm de atuar com maior liberdade por cima das fronteiras nacionais e reduzir a concorrência do imperialismo europeu e japonês. A crise mundial do capitalismo empurra as potências a disputarem mais acirradamente os territórios.

O Mercosul fracassou na tentativa de união entre países de economia atrasada. Mostrou-se totalmente submisso ao capital financeiro. A Argentina e Uruguai se quebraram. O Brasil está no compasso de espera. A tal da estabilidade do Plano Real mostrou ser uma ficção conjuntural.

Todos aplicaram os planos ditados pelo FMI e colocaram as débeis economias semicoloniais a serviço do saque imperialista, da desnacionalização, endividamento etc. O Mercosul desbarancou-se com a bancarrota da Argentina e, em seguida, de todos seus membros.

Os governos que encabeçam o falido Mercosul lideram a política neoliberal. O que mostra a incapacidade da burguesia semicolonial de defender seus próprios interesses. Frente à Alca, comportam-se como cachorro que late mas não morde.

Existem aqueles que acham que cabe aos trabalhadores - explorados até os ossos - defenderem os capitais da burguesia nacional. Limitam-se no Plebiscito à posição de negar a Alca e rejeitar a assinatura do governo a tal acordo. Evitam colocar que se trata da luta antiimperialista e anticapitalista. É necessário lutar para que o Plebiscito da Alca não seja um fim em si mesmo, como acabou sendo o Plebiscito sobre a Dívida Externa. Estamos diante de uma grave situação de crise capitalista que desintegra países inteiros e impõe profundo sofrimento aos trabalhadores, com desemprego e fome.

Ao contrário de usar o Plebiscito para proteger interesses de uma fração do capital nacional prejudicada, defendemos e trabalhamos pelo plebiscito como um instrumento para organizar a luta antiimperialista, liderada pela classe operária e alicerçada na unidade da maioria oprimida contra o grande capital interno e externo. Com suas reivindicações e bandeiras próprias, os trabalhadores poderão organizar um verdadeiro movimento antiimperialista.

Está colocada a constituição da frente única antiimperialista, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. O capital imperialista atua por dentro e por cima dos países latino-americanos. A Alca não passa do recrudescimento da opressão imperialista já existente. A luta consequente contra a Alca implica colocar na ordem do dia as reivindicações dos trabalhadores, a bandeira de expropriação do grande capital e não pagamento da dívida externa.

# PT sai fora e deixa Igreja chateada

O Plebiscito sobre a Alca foi elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), Movimento dos Sem-Terra (MST) e sindicalistas - a maioria do PT. Consta de três perguntas: 1) O governo brasileiro deve assinar o tratado sobre a Alca?; 2) O governo deve continuar participando das negociações da Alca?; 3) O governo deve entregar uma parte de nosso território - A Base de Alcântara - para o controle militar dos EUA?.

O PT reagiu à última pergunta e rompeu com o movimento. Justificou que o Plebiscito "fosse centrado unicamente na questão da Alca". E que a questão sobre Alcântara dificulta "a ampliação social da iniciativa". O PT encontrou um motivo para sair do Plebiscito, que na verdade não desejava.

O núcleo dirigente da campanha eleitoral do partido e o próprio candidato tem feito o impossível para justificar ao "mercado" o apoio do PT ao Plebiscito sobre o pagamento ou não da dívida externa, no ano 2000. Lula reviu sua posição dizendo que agora se encontra em situação diferente. Como presideciá-

vel, não pode se identificar com os movimentos. Passa a representar o Estado. A dívida externa, segundo o candidato, implica relação entre Estados.

Lula e o PT capitularam? De fato, fizeram demagogia com a dívida externa - nunca combateram o imperialismo. Há muito haviam capitulado. Se não estivessem em meio à disputa e liderando as pesquisas eleitorais, certamente Lula/PT bateriam pratos pelo Plebiscito, com ou sem a questão da Base de Alcântara. O receio de se confundirem com o antiamericanismo e despertarem resistência do grande capital à candidatura botaram o PT para fora do Plebiscito. Foi o um gesto de subserviência do reformismo.

A ala denominada progressista da Igreja ficou chateada. O coordenador da Pastoral Social da CNBB, o bispo Demétrio Valentini, reagiu assim: "O PT perdeu coragem, consistência, ousadia. Deixou escapar certas bandeiras que estão sendo usadas por quem vem de longa data com a direita". Certamente, refere-se ao rival Ciro Gomes, que poderá derrotar Lula num segun-

do turno.

No fundo, o Plebiscito não passa de instrumento eleitoral para a Igreja e MST, que pretendem alguns compromissos do PT. Mas o PT teve de contrair compromissos com o capital imperialista para neutralizar ao máximo possível a oposição do grande capital à vitória de Lula. Possivelmente, o PL pressionou o PT e Lula para espirrarem do Plebiscito. O PCdoB acompanhou a posição petista de não incorporar nas questões a Base de Alcântara.

Mas o fundamental é que o posicionamento do PT confirma nossa tese de que o reformismo não suporta a pressão do grande capital. As correntes de esquerda do PT e mesmo a militância da Articulação procuram dar a idéia de que se trata de uma manobra do PT para não permitir os adversários bombardearem a possível vitória de Lula. Uns continuam auto-iludidos, outros agem como esportos para continuar com o engano do reformismo traidor.

Ao contrário, deixamos claro que a política burguesa do PT o coloca como verme sob os pés dos EUA.

## Marcha contra a ALCA em Fortaleza

A marcha ocorreu no dia 08 e contou com mais de 2000 pessoas, que saíram em passeata pelas ruas do centro. A tática do Fórum é canalizar o rechaço das massas ao imperialismo para a via legal, parlamentar, ou seja, para pressionar a burguesia brasileira a romper as negociações sobre a ALCA. Não é à toa que o resultado do plebiscito que se pretende fazer do dia 1 a 7 de setembro será entregue ao congresso nacional.

### Uma Marcha Burocratizada

A marcha foi burocratizada, eleitoral e festiva. A orientação do fórum local foi de inclusive organizar "alas" para os diversos segmentos: educação, saúde, desempregados etc. As correntes menores foram impedidas de falar com a justificativa de que não participaram do Fórum. O POR foi im-

pedido de falar mesmo tendo feito campanha junto a professores e estudantes, nas escolas, Universidade e participado de reuniões do fórum. A lógica de que só podem falar correntes que participaram da coordenação do Fórum, típica do PT/PCdoB, é burocrática dos pés à cabeça. O POR, que defendeu o voto nulo programático com palavras de ordem, chegou a ser até agredido pela burocracia do PT que tentou tomar o megafone usado pelos poristas. A tentativa de calar as correntes adversárias pela intimidação, ou pela força, utilizada tanto pela burguesia como pela burocracia reformista e estalinista, tem de ser rechaçada pelos lutadores revolucionários. Chamamos os trabalhadores e lutadores classistas a rechaçarem tal conduta do PT e aliados e a defenderem a democracia operária nos organismos e nos fóruns sindicais/estudantis etc.

O POR distribuiu um manifesto próprio e propagandeou a necessidade da frente única antiimperialista de ação direta e da integração latino-americana na bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

### O PT e a ALCA

A coordenação nacional que viabilizará o plebiscito sobre a ALCA tem encontrado forte resistência na CUT e UNE, dirigidas pelo PT e PCdoB, respectivamente. O motivo é que foram aprovadas mais duas perguntas no plebiscito; uma sobre a entrega da base de Alcântara e a outra sobre a ruptura imediata das negociações sobre a ALCA. O PT, que pretende governar com a burguesia e deseja negociar modificações no projeto atual sobre ALCA, não vai encaminhar o tímido plebiscito de setembro.

## Rondônia

# PT e PDT estão juntos em Rondônia

A nota divulgada em 31 de julho diz assim: "o PT aprovou, em plebiscito estadual, com 80,08% de sua militância, que faríamos uma aliança política informal com o PDT, sendo que nossa chapa seria composta por Lula, presidente, Acir Gurgacz, governador, Fátima Cleide e Miranda para o Senado". O empresário Gurgacz e Miranda são candidatos do PDT. O PDT compõe a Frente Trabalhista com Ciro Gomes e está aliado ao PFL de Antônio Carlos Magalhães. Mas o PFL de Rondônia está com o PL e juntos estão com a reeleição de José de Abreu Bianco. Porém, o PL está coligado com o PT, Lula/ José Alencar. Esse zig-zag é próprio de partidos burgueses, que fazem toda sorte falcatura e maracutaia para estar no

poder do Estado. O PT faz o mesmo. Suas alianças diretas ou "brancas" (informais) vão até os partidos de direita (PFL, PL), que num passado recente eram rejeitadas por estar no "campo da elite".

### O PT vai mais longe

No lançamento do Plano de Gurgacz para o governo, Fátima Cleide (PT) afirmou que: "No momento em que o PT firmou o compromisso com o PDT, nos preparamos para ajudar Acir a construir a Rondônia que a população necessita, porque quando firmamos um compromisso é de verdade". (...) Temos toda confiança de que, com Miranda senador, teremos sustenta-

ção para os projetos de mudanças de Lula". (...) O Plano de Acir trará emprego, distribuição de renda e justiça social...". Está aí a demagogia petista à caça de votos. O burguês Acir governou e governa para sua classe. E esta tem imposto o desemprego, a fome de milhões e a brutal concentração de renda.

Os trabalhadores, que lutam na defesa do emprego, salário, direitos trabalhistas e saúde e educação públicas, devem rejeitar a hipocrisia petista bem como todos os partidos burgueses, incluindo aí o PT.

O PT para alcançar o poder do Estado está obrigado a se coligar com os empresários, opressores do povo, e com os partidos da ordem.

## Fortaleza (CE)

# O Quadro Eleitoral no Ceará:

No Ceará, a principal disputa entre as frações da oligarquia estadual se dá em torno das candidaturas de Lúcio Alcântara (coligação "O Ceará não pode parar" - PSDB-PSD-PV-PPB) e Sérgio Machado. (coligação "O Ceará que queremos" - PMDB-PFL). Lúcio, apontado pelo Cambéba para a sucessão, representa o continuísmo da política iniciada por Tasso. Corrupto e fiel laçao do governo Fernando Henrique, Lúcio Alcântara cresceu politicamente amparado pelos coronéis e, nos últimos anos, no Senado, teve destacada atuação na criação da CPMF, do seguro apagação etc. Agora, disputa o governo estadual com todo apoio financeiro da máquina governamental. Sérgio Machado, um dos responsáveis pelo rombo financeiro do BEC - Banco do Estado do Ceará - (deve mais de 6 milhões!), líder do Governo FHC no Senado, foi um dos principais colaboradores das reformas antinacionais e antipopulares, responsável pelo aumento da fome e desemprego no país. Mas, o mais novo opositor é nada mais nada menos que o antigo "homem de confiança" de Tasso na Assembléia legislativa: Wellington Landim, integrado ao PSB. Landim rompeu com o PSDB por não ser indicado candidato. O velho "vale

tudo" eleitoral, a falência do plano neoliberal e a crise econômica fizeram implodir qualquer possibilidade de entendimento entre as oligarquias que arremeteram alianças regionais avessas às alianças nacionais. PMDB e PSDB, aliados nacionais na chapa de José Serra se antagonizam no estado. O PSDB buscou aliança com o PPS de Ciro Gomes, enquanto o PMDB aliou-se ao PFL.

### A implosão da Frente Trabalhista

A chamada Frente Trabalhista (coligação PPS-PDT-PTB) também desintegrou-se no Ceará. O PPS aliou-se ao PSDB com o qual lança a candidata ao senado Patrícia Gomes, (ex-mulher de Ciro, ao lado de Tasso). O PTB e PDT lançaram, cada um, candidato próprio, Cláudia Brilhante e Pedro Albuquerque respectivamente, ambos sem expressividade eleitoral. Formalmente, não há um candidato da frente "trabalhista" ao governo estadual, o que facilita o entendimento PSDB-PPS, ou seja, o apoio do PPS a Lúcio Alcântara. Não é casual que a campanha de ambos seja orquestrada desde o palácio do Cambéba.

### A Ruptura entre PT e PL

A Aliança PT/PL foi rompida pelo PL. A direção do PT conteve toda e qualquer manifestação contrária à aliança. Um dos membros da executiva estadual do PT, Kennedy Moura Ramos, chegou a sair a público, em jornal local para condenar as correntes internas do PT que tinham resistência à aliança. A gota d'água foi o apoio dos pastores da Igreja Universal liderados pelo deputado federal Almeida de Jesus e o candidato ao senado Gerson Ferraz pela coligação PT-PL-PCdoB-PMN-PCB, a Sérgio Machado, ao invés do candidato do PT José Airton. PT e PCdoB tentaram de todas as formas manter a aliança com o PL: perseguiram correntes internas, ameaçaram expulsar militantes etc. só não esperavam que o próprio PL fosse abandonar o barco. Depois da ruptura prática, o PT não tinha outra alternativa.

Os candidatos da burguesia como os reformistas estão a serviço da manutenção do capitalismo; defendem planos que agravam o desemprego e a fome. Nesse quadro, os trabalhadores não têm outra saída a não ser o voto nulo programático em defesa da ação direta (greve

# O governo da “estabilidade” não passa de um entreguista

O capital financeiro e credores mostraram que o valor do Real (câmbio) está a mercê de seus interesses. É o que chamam de “poder do mercado”.

A disparada do dólar imediatamente trouxe e traz repercussões sobre a economia e finanças do País. Os preços das mercadorias sobem. Os salários perdem valor. A dívida interna e externa cresce. Os agiotas do mercado financeiro ganham uma fábula da noite para o dia. Estão aí as principais conseqüências.

É nessa situação que vemos com total clareza o “mercado” atuar por cima do País, condicionar seu Estado e colocar as forças políticas da burguesia ao seu dispor. A mão invisível dos donos de títulos públicos, de papéis da dívida externa, de ações etc. e das corporações financiadoras aparece manejando o mercado e colocando países inteiros em situação de bancarrota. Agem dessa maneira no momento em que se esgotam os artifícios impostos aos governos semicoloniais, como Plano Cavallo (Argentina), Plano Real (Brasil). Drenam parte considerável de riqueza, aumentam o controle dos ramos chaves da produção e do comércio.

Quando a crise capitalista se agudiza e a semicolônia não tem como sustentar o saque, o capital imperialista e seus parceiros nacionais se aproveitam da quebra para impor novas condições. Não é o que vem acontecendo na Argentina? Não é o que está se passando no Brasil?

Fernando Henrique Cardoso finda seu governo com um endividamento jamais visto: tudo que se produz em um ano (100% PIB) é igual ao montante da dívida interna e externa somadas. A tal da “irracionalidade” do mercado é que dita o caminho econômico e social do Brasil. Não faz senão expressar o capitalismo imperialista.

O governo e a fração da burguesia nacional atingida reclamam dessa “irracionalidade” no momento em que sua política de

Estado se mostra impotente diante da prepotência do capital financeiro e o mito da “estabilidade” afunda no marasmo. No entanto, continuam a sustentar a mesma política pró-imperialista.

O Plano de Estabilização, que prometia futuro crescimento econômico e solução da miséria das massas, não passou de medidas entreguistas, retrocesso econômico, de desemprego e fome dos explorados.

## O significado do compromisso exigido

A brutal desvalorização do Real diante do dólar e a emissão de pareceres das consultorias internacionais sobre o “risco-país” foram considerados efeitos da candidatura Lula. O mercado retirava bilhões de dólares e as agências financiadoras derrubavam seus empréstimos ao Brasil devido a “desconfiança”. Na verdade, mostravam a quebra financeira do endividado.

O imperialismo manejava com seu poder para exigir o continuísmo. Se o candidato do governo, José Serra, seria derrotado, então que o vitorioso assumisse um compromisso de “estabilidade”. Todos deveriam ser claros no juramento. A “estabilidade” é a base da confiabilidade dos banqueiros internacionais.

Quais eram as exigências? Honrar os contratos da dívida, alcançar o superávit primário imposto pelo FMI, que saltaria de 3,5% para 3,75% do PIB, manter a Lei de Responsabilidade Fiscal e o câmbio flutuante. O PT aceitou. A burguesia exigiu uma posição formal. Lula, na Carta aos Brasileiros, fez a declaração pedida.

Esse conjunto de medidas resultou em estagnação econômica, crescimento da taxa de desemprego, arrocho salarial e maior endividamento. O compromisso do PT/Lula com esse programa os coloca na posição de conivência com o grande capital imperialista.

## O Trabalho

### Que política é essa?

A aliança do PT com o PL, o acordo eleitoral com Quéricia, a aproximação com José Sarney, a aceitação de declaração do voto de Maluf em Lula, a declaração de compromisso com os interesses do grande capital, o apoio ao novo acordo de FHC com o FMI e a ruptura com o Plebiscito sobre a Alca, nada disso atinge a corrente “O Trabalho” (PT).

Sua bandeira: “Quero Lula Presidente Para Romper Com o FMI”. Com ela, “O Trabalho” constitui comitês e atua em Congressos Sindicais (da Fenasp, Fasubra) para defender o voto no PT. Assim, evita mostrar o perigo que representa o PT para o movimento operário e camponês.

Os vínculos do “O Trabalho” com o reformismo a ponto de tolerar e acobertar

tar a traição do PT/Lula mostra que sua política pequeno burguesa democratizante o distanciou da política revolucionária, marxista-leninista-trotskista, do proletariado.

### A esquerda reduz o 12º Congresso da Fenasp à bolsa eleitoral

Mais de 2000 representantes compareceram ao Congresso nos dias 15 a 19 de julho. E para quê? Para aprovar um plano de luta e organizá-la em seguida? Não! Serviu para aprovar a campanha eleitoral do PT. Triunfou a política hipócrita do “O Trabalho” de condenar a aliança do PT com o PL, chamar Lula a condenar os acordos com o FMI etc. e, finalmente, saírem à cata de votos.

As necessidades dos trabalhadores ficaram à margem do Congresso.

Quando não é a Articulação e seus aliados que arrastam os sindicatos por detrás do reformismo eleitoral, é a esquerda petista, capitaneada pelo “O Trabalho”.

O Congresso da Federação dos Servidores das Universidades (Fasubra) foi convocado com a mesma finalidade. A diferença foi que a política do “O Trabalho” triunfou pela metade. Aprovou-se o apoio a Lula, mas a hipócrita esquerda petista não conseguiu colocar em votação sua proposição de apoiar Lula para romper com o FMI. Na prática, esse resultado não alterará nada. A candidatura de Lula está adaptada aos credores internacionais.

## Educação (SP)

# CR sob nova direção mantém o continuísmo

A primeira reunião do Conselho de Representantes da Apeoesp, após a composição da nova diretoria - PT, PCdoB e PSTU, serviu para evidenciar que a política do PT é a que continua a mandar. Os oportunistas eleitoreiros que se posaram de oposicionistas na época das eleições (Artnova/PT- chapa 3), depois de assumirem os cargos e liberarem a sua militância para receber o dinheiro do sindicato sem trabalhar, já estão emblocados com a Articulação, corrente petista majoritária. Mostraram, como já dizíamos, que se tratava unicamente de uma divisão aparelhista, disputa de interesses de grupos internos ao PT.

O PSTU procurou se diferenciar denunciando falcatruas na contratação de escritórios de advocacia e na reivindicação de convocação de uma assembléia. Sobre a questão das eleições, a diretoria compareceu unificada na utilização do sindicato na propaganda eleitoral. A proporcionalidade aprovada no Congresso da Apeoesp, com veto às correntes políticas minoritárias, serviu para acomodar as alas petistas no interior do sindicato. A força do PT atuará para pressionar o PSTU a se acomodar e breçar as denúncias de corrupção das gestões anteriores, portanto da Articulação. O fato do PSTU não fazer uma oposição de fato à direção majoritária da CUT, não denunciar os acordos traidores da burocracia metalúrgica do ABC e de dirigir também burocraticamente alguns sindicatos o coloca de mãos amarradas na diretoria da Apeoesp. O PSTU foi denunciado pela burocracia petista de fazer o mesmo no Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos. Cabe ao PSTU comprovar que se trata de mentiras dos opositores. Que torne público os acordos trabalhistas denunciados pela burocracia.

As denúncias de corrupção não podem ser apuradas pela própria diretoria. Cabe à assembléia constituir uma comissão de investigação, eleita na assembléia e independente da diretoria.

### Tudo se resume à caça de votos

O PT na Apeoesp se colocou contra a convocação de uma assembléia para aprovar a via de combate ao desemprego, arrocho salarial e destruição da escola pública. A Articulação foi categórica: não é hora de assembléia, não vê razão para convocá-la. Deixou claro que o momento é de "traçar o perfil dos candidatos às eleições" para que o professor vote "consciente". É de apresentar as reivindicações para os presidenciáveis e governadores. E também de impulsionar o plebiscito contra Alca. Depois, em novembro, realizar outra reunião do Conselho da Apeoesp para "discutir" as medidas tomadas por Alckmin. Esse foi o resultado do CR.

### O campo dos trabalhadores do PSTU

Depois de denunciar a corrupção na contratação de advogados e se colocar pela convocação de uma assembléia no mês de setembro, o PSTU passou a ser o maior defensor da política eleitoreira para a Apeoesp. Dissipou-se o conflito das denúncias e os oponentes passaram a votar em bloco em todas as ques-

tões eleitorais.

O conteúdo da intervenção de um dos dirigentes do PSTU se resumiu em duas partes: A primeira de que a principal campanha da Apeoesp deve ser o plebiscito contra a Alca. A segunda, de que "não podemos nos furtar do problema das eleições". Essa questão passou a ser o centro de sua colocação. Disse o PSTU: "nessas eleições há dois campos: um da elite, burguesia, que é composto pelo Serra, Ciro e Garotinho. Outro, dos trabalhadores, formado por Lula, Zé Maria e Rui Pimenta. Advertiu o PT da aliança com o PL e que é necessário o rompimento com o pagamento da dívida externa e o combate à Alca". Terminou a intervenção fazendo um apelo: "Lula volte para os Trabalhadores".

Essa colocação tinha o objetivo de atrair os petistas a votar em bloco a favor de usar o jornal da Apeoesp, que atinge 120 mil professores, para divulgar o "perfil" dos candidatos. Uma clara campanha pela indicação do voto no campo "dos trabalhadores", como assim denominou o PSTU.

Que campo do trabalhador é esse? As eleições são o campo da burguesia. Ele pode ser usado pela política revolucionária para combater as ilusões alimentadas nos explorados. O PT, ao contrário, é um instrumento da burguesia no interior do movimento operário e popular. As duas outras candidaturas esquerdistas até ontem chamavam o voto no PT com o argumento de que Lula era expressão da classe operária. Essas correntes assimilaram a política burguesa do "campo democrático popular", elaborada no PT. O tal do campo dos trabalhadores tem o mesmo sentido eleitoreiro.

### O embate com o POR

O POR colocou o problema central é luta pelo emprego, salário e fim da reforma destruidora da educação pública. Denunciou o distracionismo da "aula pública" e mostrou que somente a mobilização direta e de rua poderá barrar a ofensiva do governo contra os professores e alunos. Para isso, defendeu uma assembléia para que a classe aprovasse a linha do enfrentamento.

Na questão eleitoral, o POR se opôs ao eleitoralismo de toda a diretoria e defendeu que somente uma assembléia da classe tem o poder de aprovar qualquer medida que implique direta ou indiretamente a indicação por parte do sindicato de candidaturas. Contrapôs-se à manobra de utilizar o CR como instrumento eleitoreiro. Tal formulação provocou a ira do PSTU, que descarregou com achincalhamento e com citações de Lenin de "esquerdismo doença infantil do comunismo" e "cretinismo parlamentar", totalmente fora de contexto (como fizeram Stalin, Kamenev e companhia contra o próprio Lênin em fevereiro de 1917). O ódio do PSTU à colocação do POR serviu apenas para unir os petistas ao centrismo do PSTU e aprovar em bloco todas as ações eleitoreiras para a Apeoesp. Na votação, o POR esteve junto com a militância que se reuniu em torno da chapa 4 nas eleições da Apeoesp.

Ficou evidente que o CR foi convocado para fins eleitorais.

Nem a burocracia petista e nem o oposicionismo do PSTU tiveram a menor intenção de colocar as reivindicações dos trabalhadores em educação como ponto de partida de organização da luta.

## O que se passa com os trabalhadores na educação

O governo vem golpeando a educação pública. O fechamento de salas de aula, a superlotação, miséria salarial, demissões, militarização das escolas têm atingido os professores e alunos.

O POR, ao contrário, se posicionou defendendo: "O emprego é nosso ponto de partida". Diferenciamos de todas correntes políticas. Isso por que todas estavam com o eleitoralismo. Eis a essência de nosso boletim:

São enormes os problemas vividos pela classe trabalhadora. Mas quatro deles têm nos atingido profundamente: 1) o desemprego; 2) o arrocho salarial; 3) a eliminação de direitos trabalhistas; 4) a destruição da escola públicas.

## A luta pelo emprego é nosso ponto de partida

O Brasil vem sentido as pressões da economia mundial, que estão se manifestando na queda das bolsas de valores, alta do dólar e retração dos setores produtivos. A maioria das montadoras está operando com redução de 30% de sua capacidade, demitindo e a "flexibilização" da jornada de trabalho com redução salarial e extinção de conquistas sociais. Outras empresas já fecharam suas portas. Quem sofre as conseqüências são os trabalhadores, que dispõem como um único bem sua força de trabalho. Esta vem sendo mutilada.

## Só há duas políticas

Nessa situação só há duas políticas: a dos capitalistas e a proletária. Quando as direções sindicais aceitam acordos de "flexibilização" de direitos, de redução salarial, "demissões voluntárias", terceirização e trabalho temporário sem vínculo empregatício estão com a política dos capitalistas. Isso é o que se passa na maioria dos sindicatos vinculados à CUT (não falamos da Força Sindical porque esta é abertamente o braço direito do governo). Os acordos assinados entre o sindicato metalúrgico do ABC e a patronal são exemplos dessa política. Ao contrário,

## Rondônia - Lançamento da Revista Proletária da Educação

Segue abaixo o boletim de Lançamento da Revista Proletária da Educação

### Concepção Marxista da Educação

No dia 11/08/2002, às 17 horas, estaremos lançando a Revista Proletária da Educação n.º 5 e iniciando um curso de formação política. As três primeiras temáticas abordadas pela revista têm como objetivo expor a formulação marxista da educação na busca de responder aos problemas particulares e atuais vivenciados pela militância revolucionária.

A primeira trata acerca da *Politecnia: Concepção Marxista da Educação* e chama a atenção para a importância da vinculação

dos conhecimentos práticos com o conhecimento teórico. Estabelece a diferença entre a escola mutiladora das potencialidades humanas e a escola autenticamente científica.

A segunda aprofunda a vinculação entre a teoria e a prática esclarecendo que esta vinculação não é outra coisa senão a unidade entre a escola e o mundo do trabalho em que os jovens passariam 4 horas no trabalho e o restante na escola que aponta as principais obras marxistas que tratam sobre a questão e critica os projetos de educação que manobram as maio-

ria política proletária se apoia nas reivindicações e na luta de classe. As direções sindicais têm bloqueado a ação coletiva dos trabalhadores e seguido a política de conciliação de classe (acordos que implicam em perdas e demissões).

No nosso caso, o mesmo ocorre. Não tivemos campanha salarial. O governo impôs os 5% e o bônus e a direção da Apeoesp nada fez para que os professores respondessem coletivamente a esmola de Alckmin. O mesmo vem se passando com o fechamento de escolas/salas de aulas. O governo fecha e a diretoria fica com a conversa mole de medir o espaço físico das salas, pressionar para que o governo acate o projeto parlamentar dos 35 alunos por sala e correr atrás de promotória da infância e da adolescência. Chegou ao extremo do distracionismo quando decidiu fazer uma aula-pública para as pombas da Praça da República.

Nossa política é outra. Sabemos que o governo não vai ceder em nada às reivindicações. O governo (seja qual for) irá cumprir o acordo com o FML, que implica redução de gastos na saúde e educação. Para isso, terá de ir mais fundo na reforma privatista da educação. Fechar salas, demitir, reduzir a grade curricular, continuar com o arrocho salarial, destruir as poucas conquistas trabalhistas, eliminar a aposentadoria especial e impor o professor único para todo ensino fundamental são medidas que compõem a reforma educacional do governo. Há que responder a esse ataque com a política proletária. Esta implica na organização dos educadores, nas manifestações de rua, nas ocupações e na greve. Por isso, há que rechaçar todo o distracionismo da política da diretoria, porque isso nada tem a ver com os interesses da classe.

## Campanha contra a repressão e perseguições políticas - Readmissão imediata dos professores demitidos

A luta contra as medidas repressivas do governo implica a organização da resistência coletiva dos trabalhadores. O governo só vai ceder se houver uma ampla campanha de rua contra as demissões dos professores grevistas e pelo fim dos processos judiciais/criminais. Para isso, há que rechaçar o imobilismo e todos mecanismos colaboracionistas impostos pela diretoria da Apeoesp. A defesa da assembléia geral e a aprovação do caminho da luta é o primeiro passo para defender de fato a readmissão dos demitidos e fim dos processos que punem os lutadores.

rias em função de manter o capitalismo que já se encontra em fase de putrefação

Finalmente o texto *A Comuna e a transformação da Escola* tem como objetivo discutir as lições da Comuna de Paris quanto a transformação da escola capitalista em escola controlada pelos operários desde seu programa pedagógico aos demais aspectos do funcionamento escolar, condição esta que serão conquistadas com a construção do socialismo.

Você está convidado a comparecer e a estudar conosco.



**Ceará Mirim (RN)**

## Arrancamos os 25% com a greve

A longa greve dos professores e a radicalização contra o governo foram responsáveis por arrancar da prefeita Ednólia Melo 25% de reajuste. A prefeita, antes da greve, não recebia sequer a direção do sindicato local para discutir as reivindicações. Ao contrário, procurou golpear os dirigentes do SINTE identificados com a política do POR. Fechou suas escolas, cortou os salários, armou uma peça em torno da remoção de escola para os desarmar perante o movimento e abriu processo para exonerá-los. Mesmo assim, os companheiros estiveram à frente na greve.

A prefeita só cedeu os 25% porque não conseguiu criar no seio dos professores uma ala antigreve e oposta à política de resistência levada a cabo por tais dirigentes. Nesse sentido, os 25% foi vitória do movimento contra as medidas destruidoras da educação pública impostas pelo governo federal e assumidas pela prefeita Ednólia. Porém, o nosso salário é extremamente baixo e os 25% não repõem todas as perdas.

### Demagogia da prefeita

A Sra. Ednólia tenta convencer os trabalhadores em educação que o aumento, que não chega a R\$100,00, irá melho-

rar a nossa vida. Isso quando tudo já subiu - tarifas de água, energia, gás de cozinha etc.

A demagogia da prefeita não engana nem os tontos. Os trabalhadores da educação que vivem do salário e que enfrentam as péssimas condições de ensino e trabalho sabem muito bem o significado de R\$100,00. Não dá para nada.

A hipocrisia da prefeita tem de ser respondida nas ruas. A unidade dos trabalhadores com os estudantes é essencial para derrotar a política de destruição da escola pública de Ednólia e seus comparsas.

### Prefeita suspendeu os inquéritos administrativos

Ednólia suspendeu os inquéritos administrativos e pagou os salários que haviam sido cortados. Essa atitude da prefeita foi resultado da luta grevista e da disposição dos pais e alunos de defenderem o fim de tais processos punitivos.

O movimento constante de rua, desde o início do ano, contra as medidas repressivas e a greve que paralisou toda a educação do município obrigaram a prefeita a suspender os processos contra os dois dirigentes da greve.

### Professores Fortaleza

## Avaliação da Campanha Salarial do Estado

Os professores já estão há 8 (oito) anos sem reposição, pois o esmagamento salarial é um dos aspectos centrais das reformas educacionais. O governo pró-imperialista de Tasso/Beni Veras (PSDB) aplicou as diretrizes ditas neoliberais (FMI, BIRD e BID), para reduzir os gastos com a educação com o objetivo de manter o pagamento da dívida externa e interna do grande capital.

O miserável reajuste do governo de 6,32% é uma imposição para atender as modificações educacionais impostas, isto é, o sucateamento das unidades escolares, a municipalização, a não contratação efetiva dos professores, as teleaulas, a reforma curricular etc. Nesse sentido, as mudanças do ensino público entram em choque com os interesses de professores e alunos. Com isso, a essência destas orientações é a privatização do ensino público, arrocho salarial e demissão de uma parcela da categoria.

A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Ceará (APEOC, em cuja dire-

ção se encontram o PT, o Pcdob, e outros grupos esquerdistas), a CUT e demais entidades sindicais dos servidores estaduais que organizaram o chamado Fórum Unificado dos Servidores Públicos (Campanha Salarial Unificada de 2002) colocava a orientação de fazer pressão aos parlamentares, com atos marcados pelo Fórum na Assembléia Legislativa que só servia de palanque eleitoral para o PT e o Pcdob) O SINDIUTE também canalizou a luta para se pressionar os deputados.

Assim, depois de um acordo burocrático entre as entidades sindicais com a Assembléia Legislativa, fecharam um acordo de um adicional de 4,03%, que poderia chegar a 10,35% sem consultar a categoria se este percentual era bom ou não. No final, o governo Beni Veras vetou o adicional proposto.

Mesmo o índice de reivindicação da APEOC de 51,03% e o do SINDIUTE de 51,96%, não repõem o salário imprescindível para atender as necessidades básicas de uma família de 4 pessoas, ou seja,

um piso salarial de 2 000 reais. Como podemos perceber, essas direções sindicais utilizaram a luta dos professores para meras distrações (pressão parlamentar e um chamado Apeoc-campamento no parlamento), além disso, se negaram a formar um comando unificado de mobilização por região em Fortaleza e por crede no interior para impor nossas reivindicações.

A Corrente Proletária da Educação coloca que somente através da ação direta (bloqueio de ruas, ocupações, greves massivas etc.) e unidade na luta do funcionalismo iremos impor nossas reivindicações. O primeiro passo é a formação de uma fração revolucionária, o fortalecimento da CPR, no seio da categoria para se contrapor a reforma educacional privatista do ensino público, o arrocho salarial e as demissões

Greve Geral por Tempo Indeterminado!

Abaixo a Avaliação Relatória!

Abaixo a Farsa Eleitoral! Vote NULO!

# Termina a greve de 106 dias na FFLCH

No último dia 14, uma assembléia geral de estudantes votou, após 70 inscrições de discussão da proposta, o fim da greve na FFLCH. Foram 637 votos pelo fim da greve contra 511 em favor da continuidade do movimento. No momento em que fechávamos a edição deste Massas, as assembleias do curso de Letras, o primeiro a entrar e o último a sair, votaram pelo fim da greve. A Corrente Proletária Estudantil prepara um balanço mais aprofundado da greve, e aqui apresentamos alguns pontos.

## O resultado: um empate com gosto de derrota

A greve dos estudantes obrigou a reitoria a reconhecer os alunos como interlocutores das necessidades da faculdade e a negociar com eles. Teve de mudar sua proposta de contratação várias vezes. Passou de 12 antes da greve para 26, depois para 46 mais 15 ao ano por três anos, e finalmente 92, 68 neste ano mais 24 em 2003. Pouco, diante da necessidade de 259 professores reivindicada pelos estudantes. Pouco, diante do esbanjamento de recursos com a imediata contratação de 159 professores para iniciar 12 novos cursos sequenciais no interior, com 500 vagas (a FFLCH tem mais de 12 mil alunos).

A reitoria conseguiu preservar a sua política de contratar 200 professores por ano para a USP, retirando professores a serem contratados por outras unidades agora, e passando-os à FFLCH sob o compromisso de “devolvê-los” em 2004. Nem a reitoria derrotou os estudantes, nem os estudantes derrotaram a reitoria.

## A divisão e o acordo da burocracia universitária

A greve dos estudantes teve tamanha força que dividiu a burocracia universitária. A burocracia da Congregação da FFLCH se chocou com a reitoria e aprovou o apoio ao movimento estudantil. Conseguiu se enfiar nas negociações, com 2 representantes, diante de mais 2 da reitoria e 2 dos estudantes. Conseguiu assim articular um acordo com a burocracia de maior graduação e, logo que o fez, iniciou a campanha pelo fim da greve.

Contra a vontade dos estudantes, reuniu a Congregação logo após a negociação com o reitor e antes da assembleia estudantil, e votou a aceitabilidade da proposta. Essa posição dividiu os estudantes, pois a Força Socialista e o PCdoB passaram a fazer campanha aberta pelo fim da greve. Como não conseguiu enfiar a chupeta na boca dos alunos e mandá-los para as salas de aula, ainda que com a ajuda de seus papagaios, nem convencer a assembleia estudantil, que decidiu pela continuidade da greve, reuniu novamente a Congregação e aprovou o calendário de reposição de aulas a partir de 12/08. Os estudantes ainda assim não voltaram como gado às salas de aula. A assembleia do noturno da Letras deu, no mesmo dia 12/08, uma lavada: 307 a 66 pela continuidade da greve. Os alunos que estavam em casa voltaram à FFLCH apoiando a greve.

A “tropa” da burocracia no interior do movimento estudantil, Força Socialista e PCdoB, não perderam tempo: organizaram uma reunião de comando de greve no dia 13 e marcaram, assembleia para o dia 14 para votar o fim da greve.

## Uma assembleia altamente questionável

A assembleia de 14/08 foi bem menor que a de 07/08. Ao final,

a votação não revelava contraste: A mesa votou dois encaminhamentos: divisão em dois blocos e contagem com marcação de caneta nas mãos. Ganhou o encaminhamento dos blocos, contra o qual o POR votou porque divide fisicamente os estudantes, contrariando o princípio da unidade.

Os blocos não revelaram contraste. Num bloco, estavam os defensores da greve; em outro, a Força Socialista, o PCdoB e a direita antigreve, todos juntos, gritando: “acabou”. A mesa decidiu arbitrariamente iniciar a contagem usando o método da marcação com canetas, derrotado na votação anterior. Com muitos protestos contrários. Uma leva de gente se dirigia, logo após a votação, aos banheiros. A suspeita de dupla ou até múltipla votação se colocou, deslegitimando a decisão da assembleia. Logo após a contagem, qualquer tentativa de encaminhamento ou protesto foi autoritariamente interrompida com a destruição parcial do sistema de som.

## A burocracia manipulou o movimento com ajuda dos papagaios FS e PCdoB

A greve estudantil colocou em contradição de forma prática a política dos reformistas no movimento estudantil, que pregam a reforma das estruturas burocráticas pela via da conciliação com a burocracia universitária (estratégia da paridade nos órgãos colegiados e eleições paritárias para reitor). Essas correntes, que não concebem um movimento estudantil independente e autônomo, trabalharam o tempo todo para subordinar os estudantes à burocracia universitária. Nas negociações, defenderam a redução do número de estudantes de 6 para 2. Nunca iniciaram as discussões com a reitoria a partir das decisões das assembleias, ao contrário, reuniam-se antes com os membros da burocracia da unidade e traçavam uma “atuação unitária”. Como as decisões das assembleias de estudantes e de professores eram contraditórias, valia o que os burocratas convenciam os dois “negociadores” estudantis (PCdoB e Força Socialista). Logo que a Congregação votou que 92 professores eram aceitáveis, imediatamente os petistas da FS e os estalinistas do PCdoB saíram a defender o fim da greve, por causa da perda de apoio dos professores.

A Congregação não desejava mais professores porque isso alteraria as relações de poder dentro dos departamentos. A reitoria não queria ceder além de seus 200 professores ao ano. Ambas as frações burocráticas morriam de medo de verem os calendários alterados, o que mexe com interesses da Fuvest, dos cursinhos e dos candidatos nas eleições.

A Força Socialista e o PCdoB não estavam dispostos a travar a luta contra o setor direitista dos estudantes, pelos prejuízos eleitorais que isso poderia causar, dentro e fora da universidade. Preferiram se aliar com a direita mais conservadora contra todos os setores grevistas. Saíram da greve com o discurso da burocracia e da direita, de que a greve estaria esgotada e seriam necessárias “outras formas de luta”.

Mas a volta às aulas vai expor a preservação da política de subcateamento e privatização e os estudantes voltarão à luta. Sabendo com quem estão lidando, a burocracia traidora e as correntes seguidistas. A política revolucionária se potenciou e avançará, impulsionada pela ação conjunta dos estudantes e sua elaboração coletiva.

Publicamos abaixo boletim da CPE distribuído na assembléia da FFLCH de 07/08/2002

## Greve na FFLCH: para quem está na dúvida (ainda):

1) No que a posição da reitoria avançou: a) de **proposta** de 91 claros, passou a **ameaça** de **retirada** da proposta de 92 claros, caso a greve não acabe, e **votação do caso no C.O.** (Conselho Universitário); b) a proposta continua se baseando no critério "USP" de 16 horas de aula por semana anuais por professor (8 créditos por semestre), e **média de 50 alunos por sala**, nas disciplinas **obrigatórias**. Ou seja, na prática, como os professores darão 12 horas/aula/semana/anuais, teremos 4/12 (ou 33%) de alunos a mais por sala de aula, chegando portanto à **média de 67 alunos por sala**, restrita às **obrigatórias**. Não é preciso se estender muito para ver a insuficiência da proposta, pois uma média de 67, com disciplinas com características muito especiais que admitem bem menos que isso por sala, levará a salas com mais de 100 alunos, como estamos fartos de presenciar. Só para se ter uma idéia, 68 claros correspondem a um total de 408 créditos. Divididos por uma média de 4 créditos para cada obrigatória, teremos 102 novas salas de aula. Divididos por 2 semestres, 51 salas novas por semestre. Divididos por 2 turnos, serão 25 novas salas de aula por turno, para todos os 5 cursos, sem falar que na Letras temos 15 habilitações. Assim, teríamos de uma a duas salas de aula a mais por semestre em cada turno e por curso/habilitação, independentemente do número de alunos em cada uma delas. Quanto ao universo das disciplinas optativas, fundamentais em nossos currículos, foram deixadas para depois (item 4 da proposta da Comissão Tripartite).

2) A Congregação votou a aceitação da **ameaça** e está fazendo campanha na imprensa pelo fim da greve, pelas declarações do prof. Lísias (Sociais) e do novo diretor Sedi Hirano. Essa burocracia (**e não os professores**) **traiu nosso movimento** e é movida não por interesses acadêmicos, e sim por motivos mesquinhos, como preservação do controle político/financeiro da área ou departamento, agenda etc. É importante não confundir a posição da Congregação da faculdade com a dos professores de conjunto. A Congregação é uma burocracia que dirige a unidade e seus departamentos. O conjunto dos professores não é representado democraticamente na Congregação, que privilegia a titularidade e cargos nos departamentos. Em geral, a burocracia universitária joga contra o movimento dos estudantes.

Se a Congregação da FFLCH (e outras, como a da Psicologia) votaram apoio à greve, foi porque nosso movimento teve tamanha força social que dividiu a burocracia. Cada grupo burocrático chocava-se com o outro para defender seus interesses particulares, e não as necessidades acadêmicas da unidade. A divisão da burocracia foi superada momentaneamente quando a reitoria ofereceu uma proposta superior à reivindicada pela Congregação, mas ainda submetida aos limites da política oficial de contratar 200 claros anuais para a USP. Ou seja, uma proposta que atende à reitoria e aos interesses burocráticos da Congregação.

3) O reitor voltou de viagem apenas para assinar a ameaça. Encerrou a negociação da Comissão "Tripartite", que tinha se comprometido a discutir claros **agora** para as optativas. Nesse sentido, sua posição avançou para trás, pois rompeu o compromisso dos representantes da reitoria de apresentarem proposta de contratação relativa às disciplinas optativas (só na Letras são 73 disciplinas sem oferecimento por falta de professor). O REI-tor já declarou encerradas as negociações outras vezes. Nosso movimento o pressionou e o levou a reabri-las, mais de uma vez. Podemos fazê-lo de novo. Se a Congregação aceita a proposta da reitoria e defende o fim da greve, que fique de fora das próximas negociações. "Quem não ajuda que não atrapalhe". Negociemos estudantes e reitoria, diretamente.

4) O governador assistiu calado os capangas e sindicalistas da Força Sindical agredirem os estudantes. "Quem cala consente", diz o ditado. O governador foi à imprensa e acusou o movimento de provocador, apesar das imagens provarem que fomos agredidos quando nos retirávamos, por trás, covardemente.

Estamos, pois, sob ameaças e repressão que vão desde o governo, passando pela reitoria, até a nossa administração. Uns nos batem com socos e pontapés e outros nos enfiam a chupeta na boca. É isso que vamos aceitar?

### Sobre a possibilidade de perda do semestre

Para grande parte dos estudantes da FFLCH, o semestre estava perdido mesmo sem greve. Porque não havia e não há pro-

fessores para oferecer as disciplinas necessárias. Ou seja, sem greve, teríamos de estender nosso curso por mais semestres, pela falta de professores, que não se supera com a proposta atual da reitoria. As propostas que os "ditos professores" (na verdade a Congregação) estão discutindo é uma farsa total. O primeiro semestre se realizaria no resto de agosto e setembro. O segundo, de outubro a dezembro. Todos sabemos o que acontece em dezembro: todos se vão. Os trabalhos e provas serão marcados para a 2ª quinzena de novembro, para haver tempo de, com poucos professores, se fazerem correção e recuperação antes do Natal. Teríamos um segundo semestre de 45 dias! E a isso chamam de responsabilidade acadêmica!!!

### Como é que ficam os que cursam Licenciatura? E os cursos que dependem de visita de professor estrangeiro?

A suposta proposta de calendário sequer dá conta de responder aos conflitos de horário das disciplinas do 2º semestre da Faculdade de Educação (que iniciam 5/08 e têm grade horária diferente do 1º semestre de 2002). O que fará o estudante? Perderá mais disciplinas, novamente, por falta de professores?

E as disciplinas oferecidas por professores estrangeiros? Como serão repostas, se o professor já foi embora do país?

### A reitoria tem recursos para garantir o funcionamento da FFLCH

Por várias vezes e por diversas fontes, é fato que a contratação dos professores que necessitamos cabe no orçamento da USP. O reitor não atende à reivindicação por dois motivos:

a) não admite a possibilidade de que outros cursos reivindiquem a reposição de docentes no mesmo nível da FFLCH. Isso poderia abrir uma disputa entre as burocracias que dirigem as unidades, levando a uma crise administrativa sem proporções na USP. A proposta feita pela reitoria se circunscreve às 200 contratações anuais prevista pela política do vice-REI-tor: portanto, se apóia numa redução circunstancial de

contratações em outras unidades e compensação disso a partir de 2003. Sem falar na possibilidade de estender a greve estudantil para outros cursos, o que elevaria a luta dos estudantes a um choque contra o governo estadual, por mais verbas para a universidade pública.

b) não admite uma derrota fatal em sua política de sucateamento e privatização dos cursos da FFLCH. A contratação suficiente de professores colocaria a responsabilidade financeira pelos cursos nos ombros do Estado, o que contraria a política de desresponsabilização e gestão financeira apoiada em recursos privados (cursos pagos, fundações etc).

Por isso, nossa luta pode ser vitoriosa, se puder manter e ampliar a pressão sobre a reitoria e estender nosso movimento a outros cursos.

A conclusão é que nosso movimento, de contratação de professores e política de contratação, expressa a defesa da universidade pública e gratuita, que vem sendo sucateada por uma política deliberada pelos governos, e aplicada pela sua marionete na universidade, a burocracia universitária. Cada conquista que obtemos é um passo atrás nessa política, e um passo à frente na defesa do ensino público e gratuito. Sabemos que a derrota total da política privatista depende de um movimento mais amplo, geral, das universidades públicas. O fortalecimento de nossa greve é um ponto de apoio para se ampliar essa luta e dar-lhe maior expressão.

### **O problema da unidade, da democracia estudantil e da autonomia e independência**

Uma das mais marcantes características de nosso movimento é a grande unidade ao redor das reivindicações, expressa numa paralisação total das aulas, assembleias com centenas de estudantes e expressivas manifestações de rua. A possibilidade de defesa das distintas propostas e posições no movimento, muitas vezes revertendo votações anteriores, PARA posições mais avançadas (manifestação na Assembleia Legislativa, número de negociadores na Comissão Tripartite, de 2 para 6) ou retrocessos (resposta à reitoria, que rebaixou pontos fundamentais da pauta, como o gatilho para aposentados), permitem que a democracia estudantil impulsione as manifestações e a própria greve.

Mas também ao redor dessa questão se colocam alguns de nossos pontos mais frágeis. A negociação ocorrida na Comissão Tripartite foi na verdade dirigida politicamente pelos professores representantes da Congregação. Nossos representantes, não importam as intenções, acabaram se submetendo politicamente às diretrizes dos membros da burocracia universitária da unidade, às vezes em aberta contradição com as deliberações das assembleias. Senão vejamos:

A política da Comissão Tripartite foi a de obter uma proposta da reitoria que não estivesse em contradição com os dois lados burocráticos em disputa: reitoria e congregação. Sua estratégia: pressionar a reitoria pela concessão de algumas dezenas de claros para as disciplinas obrigatórias e deixar para um segundo momento a negociação dos claros referentes às optativas, pós-graduação etc. Lembremos que a congregação reivindicava 115 professores em 4 anos, sendo apenas 48 para 2002, número esse aceitável pela reitoria, que já o superou na última proposta, ao oferecer 68 claros para 2002 (ambos a serem contratados em 2003). O conteúdo dessa estratégia, assim como o da resposta à reitoria, aprovada em uma assembleia excepcionalmente esvaziada (cerca de 70 pessoas, com votações divididas e distintas em não mais que alguns poucos votos) objetivamente foi o da redução de nossa pauta e conciliação com a reitoria.

Nossos representantes estiveram à reboque dessa orientação. Tiveram a chance de romper com essa linha, se tivessem seguido fielmente as orientações das assembleias, ainda que muitas vezes contraditórias. Mas nunca iniciaram as discussões informando precisamente as decisões das assembleias (como por exemplo se recusar a aceitar a separação da negociação entre claros para disciplinas obrigatórias das optativas). Não é de estranhar que o representante da Filosofia tenha dado uma entrevista à Folha de São Paulo, publicada no último final de semana, em que este afirma abertamente que defenderá o fim da greve na próxima assembleia, contrariando a decisão da última, a que se dividiu sobre o momento de responder a proposta da reitoria, mas que expressou amplíssima maioria para posicionar-se pela insuficiência da proposta da reitoria, pela continuidade da greve e pela necessidade de reabertura de negociações. Ele tem todo direito de ter seu posicionamento, mas não pode ajudar a fazer campanha pelo fim da greve na im-

prensa sob a delegação de representante dos estudantes para contrariar suas decisões de assembleia. Com essa atitude, ele torna mera formalidade sua autocritica de ter assinado a proposta da Comissão Tripartite, pois incorre no mesmo erro.

### **As duas políticas em choque nessa greve**

As assembleias e com elas o rumo da greve têm se dado ao redor da luta política entre duas tendências fundamentais, ao redor das quais as outras variam ou oscilam: a política de submissão estudantil aos professores e conciliação com a burocracia universitária, expressa pela corrente "Força Socialista", coadjuvanteada pelo PCdoB (com maior influência nos cursos de Filosofia e Sociais); e a de luta independente e autônoma dos estudantes e confronto com a burocracia universitária, expressa pela política revolucionária (com maior influência na Letras).

De um lado, o reformismo petista e estalinista, que não concebem em suas políticas um movimento grevista estudantil independente dos professores; para esses grupos os estudantes não são capazes de travar essa luta sozinhos. A atual greve da FFLCH, que arrastou os professores por trás dos estudantes, é uma prova material da falência de suas políticas.

De outro, a política revolucionária, que é expressão da política proletária na universidade, impulsiona a luta independente dos estudantes, que só pode ser assim em choque aberto contra a burocracia universitária. Os estudantes da FFLCH têm mostrado, na prática, que podem fazer um movimento sem serem manejados pelos professores. Mais ainda, na discussão sobre as reais necessidades dos cursos e da unidade como um todo, deram prova de que são capazes de superar a burocracia universitária, são capazes de exercer assim o poder estudantil, assentado na democracia das assembleias e organização de base. O poder estudantil, autêntica democracia universitária, só pode se construir em choque, em luta frontal, contra a burocracia universitária, que nada mais é que uma marionete, expressão corrompida, nas idéias e nos bolsos, do autoritarismo da classe dominante sobre o ensino superior. A unidade de estudantes, professores e funcionários depende de que os estudantes se mobilizem à cabeça da comunidade universitária, colocando a luta acima dos interesses corporativos.

# As greves das universidades estaduais do Paraná

As greves das três principais universidades do Paraná (Londrina, Maringá e Unioeste), quebraram a inércia de 10 anos sem enfrentamento mais sério com o governo. No ano 2000, foram 45 dias de greve, e nos anos 2001/2002 foram 168 dias de heróica resistência aos ataques combinados do governo, do judiciário, ministério público, sociedade rural, igreja católica e até de setores do próprio movimento (sindicalistas) incomodados com o atraso que a greve provocava nos seus planos eleitorais. Ninguém pode negar hoje que estes movimentos sacudiram profundamente as estruturas das IEES.

Com anterioridade, a última grande mobilização havia sido a greve do ano 1991. Naquela, as universidades foram derrotadas pelo governo de Requião e, na seqüência, os funcionários e professores foram jogados, de uma penada, na vala comum do funcionalismo público. Muitos dirigentes sindicais do Estado passaram, daí por diante, a defender que a greve era um método de luta ultrapassado e que era necessário recorrer a "outras formas de pressão" (quais, nunca dizem). Depois de dez anos, as perdas salariais de docentes e funcionários continuaram aumentando, perdeu-se a data base e os detratores da greve como meio de luta não conseguiram descobrir quais seriam as "novas formas" de combate para substituir as greves e mobilizações. Outra parte da vanguarda sindical deslocou-se para os aparelhos burocratizados da CUT ou entraram em administrações do PT, abandonando a organização das categorias.

O ME do Estado acompanhou a burocratização que sofreram suas organizações em nível nacional, atingindo-se uma situação de quase-hibernação, de tanta inatividade. Nesse cenário, a União Paranaense de Estudantes chegou a ser capturada pelo PFL durante um certo tempo.

A pressão decorrente do acúmulo de perdas salariais, aliada à insatisfação gerada pela corrupção e falta de democracia interna, explodiu em maio/junho de 2000 na greve que atingiu as três principais universidades do Estado. E, embora



à frente delas formalmente estivesse a velha burocracia, foram essencialmente movimentos protagonizados pelas massas universitárias, com predomínio dos funcionários e estudantes. Constituíram-se os Comandos de Greve com massiva participação, nos quais as massas empurraram as direções para o terreno da luta. O ponto mais alto foram as assembleias unificadas que, em alguns lugares, chegaram a reunir 4500 pessoas e onde se estabeleceu o voto universal (cada pessoa um voto), além dos comandos de greve abertos que funcionavam praticamente como outras tantas assembleias.

Na seqüência, o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Estado do Paraná foi rearticulado contra a vontade dos velhos pelegos. Desta rearticulação resultou a intervenção conjunta dos dirigentes surgidos durante a greve que, pouco antes de iniciar a greve de 2001, conseguiram derrotar os pelegos nas eleições sindicais de Maringá e na Unioeste (campus de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Toledo e Cândido Rondon).

A greve de 2001/2002, que seria unificada com o conjunto do funcionalismo estadual pela reposição de 50,03%, começou em 17 de setembro de 2001 e se encerrou em 4 de março de 2002. A APP, sindicato dos professores e funcionários da rede estadual, maior sindicato do Estado, realizou tímidas e reduzidas pa-

ralizações, imobilizada pelas disputas eleitorais internas e abandonou definitivamente o movimento no final do mês de setembro. As outras categorias, com exceção da ameaça de greve dos penitenciários, sequer realizaram assembleias. Ficaram apenas as universidades e destas, a UNICENTRO (Guarapuava) e a UEPG (Ponta Grossa) aderiram por uma semana, restando finalmente as três principais universidades para resistir por quase seis meses.

Diversos foram os resultados das duas greves mas podemos destacar alguns mais importantes.

- A rearticulação do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Estado do Paraná, organismo político aglutinador da militância universitária surgida durante a greve, em que se avançou no deslocamento de parte da velha burocracia sindical e se abriram espaços para a decisiva participação estudantil.

- Emergência de novas lideranças que despontaram no calor dos combates, esperança de renovação e recomposição de quadros necessários para preparar os futuros enfrentamentos.

- Derrota do governo. Ao menos parcialmente, o governo do Estado foi derrotado, pois, pela primeira vez em 8 anos de mandato, Lerner teve que ceder e negociar com servidores parados e ainda, mesmo que de modo tortuoso, con-

ceder uma reposição parcial. O governo também fracassou nas inúmeras tentativas de amedrontar e esmagar os grevistas pela via da pressão jurídica, política, policial e eclesíastica.

- A mais importante, porém, foi a vigência da greve como recurso legítimo e eficaz para enfrentar o governo. Apesar do movimento ter conseguido apenas uma reposição parcial, e, apesar de todas as vacilações internas do Comando Estadual de Greve, afirmou-se perante as massas a legitimidade do movimento grevista como expressão da universidade em luta. Revertendo na prática a orientação que durante anos a burocracia sindical construiu no sentido de evitar o confronto e privilegiar a adulação do parlamento como recurso para alcançar reivindicações das massas.

Não se pode, contudo, obscurecer as deficiências que se manifestaram durante as greves.

- Alguns sindicatos limitaram sua intervenção ao aspecto puramente econômico e tocaram o movimento com a única preocupação de não serem atropelados pelas massas radicalizadas. No Hospital Universitário de Londrina, por exemplo, os funcionários mantiveram a

paralisação contra a orientação do sindicato que, desde novembro de 2001, queria encerrar a greve. Com exceção da Unioeste, não houve nas outras universidades o esforço coletivo dos comandos em politizar o movimento.

- À medida em que as pressões contra a greve se acentuavam, as tendências sindicalistas também afloraram com maior intensidade, forçando a busca de “saídas honrosas” que “permitissem perder a batalha mas não a guerra” ou “recuos para salvar as entidades”, dobrando-se sob o peso do conservadorismo dos docentes.

- Outra deficiência foi o empirismo da direção que reagia aos movimentos do governo, da imprensa ou da justiça burguesa, perdendo-se nestas manobras e se enfraquecendo dia a dia. Manifestava-se, desta forma, a ausência de um programa que unificasse mais solidamente a luta de todos os setores e fosse o produto da acumulação política anterior. A novas direções de Maringá e da Unioeste assumiram os sindicatos em vésperas da greve e esta alteração não conseguiu se traduzir numa nova orientação do Comitê Estadual, sendo na prática o Comando de Greve montado às

pressas e sem nenhuma orientação política mais consistente.

- O reformismo petista, representado no movimento, também conspirou no sentido de se apressar uma “solução ao impasse”, pois o prolongamento da greve comprometia seus projetos de capturar a cúpula da burocracia universitária na UEL. Este foi um elemento que debilitou o movimento e o desviou da tendência mais radicalizada com que se havia iniciado.

O que se pode assegurar é que depois destes importantes combates, novos e mais duros ataques aguardam ao movimento político e sindical das universidades. As experiências destas greves serão também assimiladas pelo governo do Estado, seja qual for o grupo político que o ocupará. Para enfrentar estes ataques é urgente o agrupamento da vanguarda classista em torno à uma Corrente Proletária na Educação, que desenvolva o programa da revolução proletária nas universidades e incorpore as reivindicações democráticas de defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica e Autônoma no programa da classe operária.

## **Ato dos Estudantes: a direção traidora comprometida com o eleitoralismo**

No dia 15/08, as entidades do movimento estudantil chamaram um ato para reivindicar uma “educação pública e de qualidade”. Mas, na verdade, o que se viu foi a direção da UBES (PCdoB/PT) usar o ato como curral eleitoral para Lula.

Os jovens sem emprego e a burocracia estudantil chamando voto. A burocracia estudantil está comprometida com a burguesia, enquanto a juventude paga o preço do desemprego e da miséria. E o ato, ao invés de servir para exigir emprego - para os jovens, a direção do PCdoB o transformou em palco para vereadores, deputados etc. e chama a os estudantes a apoiar mais ladrões.

**Voto na oposição para resolver os problemas? Que falsidade!**

O tempo todo ouvimos repetir que,

diante da destruição da escola pública, era preciso votar no candidato da “oposição”. Como sabemos, apresentaram-se como candidatos de oposição Lula, Ciro, e Garotinho. São candidaturas burguesas, que já anunciaram seus compromissos em manter todos os interesses do capital financeiro preservado, o que significa arrancar verbas dos serviços sociais, como a educação, para garantir o pagamento

dos juros da dívida externa.

Como vemos, a direção estalinista do movimento secundarista é um entrave às lutas. É necessário uma verdadeira manifestação em defesa do emprego, do salário e da escola pública. Não vamos mais ficar à mercê da burguesia e seus lacaios. Vamos tomar as ruas e exigir: chega de eleitoralismo! Emprego a todos os jovens! Nenhum jovem fora da escola!

**Nenhum jovem sem emprego,  
nenhum jovem fora da escola!**

***Corrente Proletária Estudantil - Partido Operário Revolucionário***

*Faixa do POR no ato*

## 2º Encontro operário

O POR realiza o 2º Encontro operário. O objetivo do Encontro é compreender a essência do programa do POR. Nesse encontro faremos o estudo até a caracterização do reformismo petista. Publicamos abaixo o documento para o debate.

Temos definidas no capitalismo três classes sociais: a burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado. A burguesia e o proletariado são as duas classes fundamentais e completamente antagônicas (opostas). A pequena burguesia é intermediária, oscila entre a burguesia e o proletariado. Define-se as classes pelo lugar que ocupam nas relações de produção. A burguesia é a classe que detém os meios de produção (fábricas, terras) e explora a força de trabalho alheia. O proletariado é a força que move a produção social, que vende a força de trabalho à burguesia e que depende do salário. A burguesia extrai a mais-valia (tempo de trabalho não pago) para acumular capital e concentrá-lo cada vez mais; o proletariado produz a mais-valia, está sujeito ao aumento da taxa de exploração e arca com o desemprego e miséria. A pequena burguesia, no Brasil, constitui duas camadas distintas: a classe média urbana e os camponeses. São donos dos meios de produção que usam na produção individual; prestam serviços e atividades intelectuais, assim não exploram a força de trabalho operária e também não vendem sua força de trabalho para produzir mais-valia. É muito heterogênea e formada por uma ampla camada empobrecida. Encontra-se economicamente submetida ao grande capital, e a maioria tende a se arruinar cada vez mais. A burguesia é formada por frações, que se distinguem e se atritam no processo de acumulação de capital; na luta de classe contra o proletariado as diversas frações burguesas comparam-se unidas. O proletariado constitui-se de camadas, mas é a classe mais homogênea pela condição de força motriz da produção social e pela situação de classe explorada. Uma pequena camada qualificada se distingue perante a esmagadora maioria que recebe um salário de fome.

O proletariado é a classe revolucionária justamente pelo lugar que ocupa nas relações de produção. Por encarnar a produção social (coletiva, cooperada), constitui-se na força motriz das transfor-



mações históricas. Está em confronto com a propriedade privada dos meios de produção e com o processo de acumulação de capital. A produção social e o aperfeiçoamento industrial desenvolveram a capacidade produtiva do capitalismo mundial em grande escala. A propriedade privada dos meios de produção assumiu a forma dominante de propriedade monopolista dos meios de produção, resultante da gigantesca acumulação e centralização de capital. A produção social encontra-se sufocada pela concentração monopolista. Ou seja, as forças produtivas, formadas pela força de trabalho e maquinaria, não podem continuar seu desenvolvimento geral sob a forma monopolista. Convertem-se em crise de superprodução, desemprego crescente, rebaixamento dos salários e violentas quebras. Trata-se da desintegração econômica e social do capitalismo na fase monopolista. A burguesia está obrigada a atacar mais fundo as condições de existência da classe operária e demais trabalhadores.

O capitalismo no Brasil é parte do capitalismo mundial. O capitalismo foi introduzido de fora para dentro com o colonialismo. Assumiu a forma inicial pré-capitalista. As relações de produção configuraram-se sob uma forma excepcional de propriedade feudal (sesmari-

as) e de exploração escravista. Durante séculos, o pré-capitalismo agroexportador serviu à acumulação primitiva de capital à burguesia colonialista (metropolitana). Esse sistema se superpôs ao coletivismo primitivo das nações indígenas. Estas em grande parte foram dizimadas e uma parcela serviu ao modo escravista de produção. As forças produtivas se desenvolveram lentamente, como parte das relações de produção capitalista européia que se expandia. Essas estiveram condicionadas à acumulação primitiva, portanto submetidas ao desenvolvimento da burguesia metropolitana e aos conflitos de seus interesses de colonialistas. O sistema agroexportador se desintegra quando o capitalismo metropolitano já havia realizado a revolução industrial e a acumulação primitiva já não lhe servia. As relações escravistas vão dando lugar às relações capitalistas. Transformam-se as relações de propriedade feudais e semi-feudais da terra em propriedade privada capitalista. E introduz o sistema de exploração assalariada. O Brasil passou da condição de colônia para a de semicolônia. O colonialismo foi definitivamente substituído pela forma de domínio imperialista. O desenvolvimento desigual e combinado continuará vigente. Expressa a lei de acumulação, concentra-

ção e centralização do capital. A semicolônia se caracteriza pelo capitalismo atrasado. Sua economia conserva formas pré-capitalistas e assume formas industriais do capitalismo avançado. Reflete internamente a lei geral do desenvolvimento desigual e combinado. O imperialismo se apoia parasitariamente, por meio do capital financeiro, sobre a maioria dos países semicoloniais, dos quais o Brasil é um deles.

O capitalismo semicolonial não pôde desenvolver plenamente as forças produtivas internas. Essas avançaram lenta e tardiamente nas condições de coexistência de formas pré-capitalistas no campo e de formas industriais modernas, concentradas em algumas regiões. Estiveram condicionadas às travas da submissão ao imperialismo. A industrialização regionalizada e a estrutura agrária arcaica expressam o atraso das forças produtivas capitalistas. Tarefas como a de modernização geral da agricultura e industrialização integral do país se tornaram inviáveis sob a estrutura mundial do capitalismo monopolista. A alta produtividade da agroindústria é tão regionalizada quanto à da indústria de transformação. O campo conserva o arcaísmo da produção familiar e da pequena e média propriedades, responsáveis pela quase totalidade do abastecimento interno. Uma grande parcela da pequena e média indústria não tem acesso à alta tecnologia, que se concentra em ramos da produção monopolizados e controlados pelas multinacionais. Indicadores como renda per-capita e produto interno bruto mostram o baixo nível de produtividade, os desníveis regionais e o atraso do capitalismo semicolonial. Tarefas como a de liquidação do latifúndio, reforma agrária, industrialização generalizada, fim dos desníveis regionais e rompimento das travas imperialistas continuam vigentes. Sem a solução delas não é possível ao Brasil sair de sua condição semicolonial. Mas tais tarefas da revolução democrática burguesa não podem ser resolvidas no interior das relações capitalistas de produção monopolizadas. A burguesia semicolonial brasileira fracassou em seus intentos nacionalistas.

A tese do nacionalismo burguês se assenta na diretriz do nacional-desenvolvimentismo independente. Coloca a tarefa de superar o atraso por

meio da industrialização, da constituição de uma consistente indústria de base, de um poderoso mercado interno, de incorporação dos milhões de camponeses presos a economia arcaica familiar nas relações capitalistas de produção modernas (que implica em uma reforma agrária protegida pelo Estado), superação dos "desequilíbrios regionais", fortalecimento da unidade federativa, fim do analfabetismo e Estado democrático. Esse programa democrático-burguês foi concebido pelo nacional-desenvolvimentismo de forma a saltar as travas do capital imperialista. Não previa nenhuma ruptura revolucionária com o imperialismo. Tratava-se apenas de tomar as rédeas das forças produtivas internas pelas frações burguesas identificadas com os interesses brasileiros. Pressupunha que bastava o controle do Estado por essas frações para que a potencialidade econômica pudesse ser bem aproveitada para a acumulação interna e projeção externa. O Estado tinha de ser um instrumento desenvolvimentista independente da condução do capital externo (imperialista). A acumulação interna de capital poderia se agigantar uma vez que o Brasil é dotado de vastos recursos naturais e de uma extraordinária população. Havia ainda a consideração de que o povo brasileiro era pacífico, de forma que a colaboração de classe era uma alavanca para o objetivo desenvolvimentista. Estavam dadas as condições para a superexploração do trabalho e a integração passiva dos camponeses pobres. Distinguindo alguns aspectos materiais, grande parte dessa tese não passou de idealização pequeno-burguesa. O desenvolvimento histórico do Brasil se deu sob o domínio do capital externo. A sua penetração de fora para dentro no continente se deu por força da lei de desenvolvimento mundial do capitalismo. Assim, o país nasceu e se desenvolveu condicionado pela estrutura desigual e combinada. Por mais esforços que a burguesia nacional fizesse para ter o comando das forças produtivas internas e neutralizar a ação depredadora do capital imperialista, não poderia romper esse funcionamento, arrancar o Brasil da condição de semicolônia e colocá-lo na condição de capitalismo adiantado (imperialista). As tarefas democráticas do capitalismo atrasado não puderam ser cumpridas pela raquí-

tica e serviçal burguesia brasileira. Já não podem mais ser cumpridas por essa classe e o país se desintegra sob o saque das potências.

O estalinismo (PCB) não passou de uma variante do nacionalismo burguês. Caracterizou incorretamente o país como feudal e extraiu dela a revolução democrático-burguesa como uma etapa necessária para o desenvolvimento do capitalismo nacional, crescimento do proletariado e, portanto, criação das bases para uma futura transformação socialista. No centro da tese do PCB, estava a constatação de que existia uma fração burguesa nacional progressista. Esta comporia uma aliança com o proletariado e os camponeses para derrotar a fração latifundiária e pró-imperialista. De forma que essa fração tida como revolucionária assumiria as transformações antilatifundiárias e antiimperialistas. Teria apoio e participação das massas oprimidas para enfrentar o imperialismo e concretizar as tarefas democrático-burguesas. Essa posição programática colocou o PCB na dependência do nacionalismo burguês. Resultou em apoio estratégico à burguesia brasileira contra o proletariado e camponeses pobres. Substituiu a luta de classes pela colaboração de classes. O fracasso do nacionalismo burguês e seu esgotamento histórico, o que não quer dizer total esgotamento político, pôs abaixo a tese estalinista da revolução democrático-burguesa e a concepção etapista. Na sua trajetória, o estalinismo teve oscilações para a esquerda e para a direita. Mas sempre conservou a essência do caráter democrático burguês da revolução, sob a influência de uma suposta ala progressista burguesa e de sua aliança com proletários e camponeses. Atados às posições do "socialismo em um só país", da distinção entre países maduros e não maduros para a revolução proletária e da tese das duas etapas da revolução nos países atrasados, os estalinistas brasileiros se decomporão em diversas frações e continuarão submissos aos interesses gerais da burguesia. O estalinismo procurou se revestir de leninismo. A idéia de que a classe operária brasileira poderia dirigir uma revolução democrática em aliança com a burguesia progressista foi uma das falsificações estalinista do leninismo. A aplicação da tática de frente popular correspondeu a tal deforma-



ção. O estalinismo procurou passar a frente popular, nos países atrasados, como sendo antiimperialista. As várias tentativas frentistas do PCB (ANL, Frente Democrática de Libertação Nacional etc) estiveram sob a estratégia da revolução democrático-burguesa. As tarefas antiimperialistas e democráticas próprias do capitalismo atrasado não poderiam ser cumpridas pela burguesia. A sua fração nacionalista não fez senão defender mesquinhos interesses conjunturais. E o estalinismo dependente do nacionalismo renegou o proletariado como a classe revolucionária capaz de dar as soluções a tais tarefas pendentes por meio da revolução proletária.

O reformismo da atualidade retomou parte das posições do estalinismo. O PT conformou-se em torno da estratégia do governo democrático-popular. Procurou se distinguir dos demais partidos com a tese de desenvolvimento econômico combinado com o desenvolvimento social. A caracterização de país atrasado já não tem lugar nas conceituações do PT. O problema está no modelo econômico de concentração de riqueza e "exclusão" social. Não se refere a nenhum tipo de necessidade de revolução. Ao contrário, entende que a

época de revoluções se passou. Apoiar-se no processo de restauração capitalista na ex-URSS e outros países para rechaçar a via revolucionária. Obscurece os fatores e razões da restauração com o rótulo de fim do "socialismo real". Faz coro com a burguesia imperialista em torno da idéia que a volta da ex-URSS ao capitalismo constitui no fracasso histórico do comunismo. Fechada essa possibilidade para as massas oprimidas, o que resta é refutar o "modelo excludente" de desenvolvimento capitalista. Estaria colocado um outro "modelo" de desenvolvimento social, "inclusivo". Isso se dá na ordem internacional e nacional. De forma que estariam em confronto essas duas vias. O PT encarnaria a "inclusão". Segundo seus ideólogos, há uma fração burguesa progressista que pode se aliar aos trabalhadores para afastar o "modelo neoliberal excludente". É com essa aliança que, no Brasil, o PT constituiria o governo democrático-popular. Derrotaria a fração neoliberal, financeira e oligárquica. Essa é a condição para se "democratizar" e "desprivatizar" o Estado. Poder-se-ia assim implantar uma nova política econômica, que levaria à desconcentração de riqueza e à "inclusão" das massas. A capacidade do Estado seria dirigida para a

proteção dos pequenos e médios capitalistas, a produção de bens populares seria incentivada, fortaleceria o mercado interno, favoreceria os exportadores, promoveria uma reforma agrária negociada e restabeleceria a soberania do país sem romper os contratos com os banqueiros. O lugar dos movimentos sociais seria o de defesa da "cidadania". A pressão sobre o Parlamento em torno de reivindicações "propositivas" (legislativas) seria o meio para se chegar a reformas populares. Os sindicatos passariam a cumprir o papel intermediário entre o capital e o trabalho. Portanto, instrumentos de negociação e acordos. O reformismo se levanta como inimigo da luta de classe e agente da conciliação. A defesa do capitalismo faz do PT um partido da contra-revolução. Esse programa pequeno-burguês o coloca, em última instância, na dependência dos monopólios. Não há como desconcentrar o capital e tirar as massas da miséria sob o capitalismo. A tese dos modelos obscurece os fundamentos históricos e conjunturais do capitalismo atrasado e da decomposição mundial desse regime de exploração do trabalho. A evolução política do reformismo indica que se tornará instrumento do imperialismo.

## Sanitaristas Fortaleza

# Situação da Saúde Pública

A saúde pública no Brasil vai de mal a pior. Como presenciamos na superlotação dos hospitais públicos, onde os pacientes passam a madrugada nas filas e ainda não conseguem atendimento. Uma situação ainda pior é a dos postos de saúde que, por sua precariedade no atendimento, engrossam as filas dos hospitais

O caso do controle de endemias não foge a regra, só sucateamento. Os municípios, por falta de verbas, são incapazes de combater doenças como a dengue, o calazar, a malária na região norte do estado, que já conta com 500 casos.

### As condições de trabalho dos agentes sanitários

Os agentes sanitários que realizam ações de controle de endemias prestam serviços pela Prefeitura de Fortaleza, através de locadoras (agências de emprego) com contratos temporários. As condições de trabalho são semi-escravas, sem nenhum direito trabalhista. Não temos roupas adequadas para o trabalho com o larvicida, só utilizando uma camiseta que só serve para a prefeitura fazer propaganda (PMDB). Além de sermos obrigados a levar nos ombros uma escada de 10 quilos e uma bolsa de 4 quilos.

Os contratos não garantem nenhuma segurança aos sanitários, mais ainda anulam nossos direitos, assim se ficarmos com problemas nas costas causados pela escada e pela bolsa, ou se cairmos numa caixa d'água ou se contraírmos alguma patologia pelo contato com as larvas ou pelo uso do larvicida nos mandam para fora e somos substituídos pelas próximas vitimas.

### O imobilismo da direção do SINTASCE

A direção do SINTASCE (Sindicato dos Terceirizados na Área de Saúde do Estado do Ceará, dirigido pelo PT), não tem interesse de levar os sanitários a lutar pela sua efetivação através de concurso público, pois lucra com a terceirização dos sanitários. Isto ficou evidente na audiência do dia 24/05/02 quando se colocou pela terceirização dos trabalhadores. Hoje os sanitários se encontram abandonados pelo sindicato, sem nenhuma perspectiva.

Mas é necessário nos unirmos, organizarmos uma forte corrente revolucionária no interior do sindicato para varrer com estes pelegos. Precisamos construir uma poderosa Corrente Proletária da Saúde!

## O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciadas no Jornal "Massas" n° 160.

Devemos lembrar que esse livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de Organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques, se contrapondo a tentativa de organização dos foquistas no período.

### **Questões de Organização I – Programa e Organização A Experiência Boliviana: Círculos de Propaganda e Partido de Massas (III)**

A propaganda do programa partidário (feita por meio de revistas, folhetos, jornais etc.) deve servir, além de educar os quadros já existentes, para a incorporação sistemática de novos militantes e para ampliar a influência política do Partido, principalmente na fase inicial de sua construção. Devemos lutar energeticamente contra toda tendência isolacionista, contrária à ampliação da militância. A propaganda feita por simples rotina ou para satisfazer a vaidade de tal ou qual pretensão teórica, é perniciososa para o Partido.

Mesmo no estágio inicial da organização partidária, devemos encontrar os meios propagandísticos que permitam popularizar o programa do partido e de fazê-lo crescer numericamente. Devemos evitar a simples exposição acadêmica dos princípios básicos do movimento, como se tratasse de uma mensagem dirigida exclusivamente aos iniciados. As tendências isolacionistas se empenham em se limitar a tal tipo de propaganda. A popularização do programa deve ser feita por meio da resposta dada aos problemas que surgem diariamente na luta.

O trabalho propagandístico é o mais propício para a incorporação das camadas intelectuais e para a forma-

ção dos teóricos. Esse período deve ser utilizado para a formação de propagandistas e agitadores, que somente podem atuar sobre a base do trabalho dos teóricos.

Uma justa orientação do Partido é a luta tenaz contra seu enquistamento, que pode acabar por convertê-lo em um estranho tanto ao país e quanto às massas. Nessa etapa inicial de seu crescimento, o Partido não está tão diretamente subordinado às modificações da consciência das classes como no período do trabalho massivo, mas não deixa de sofrer sua influência.

Supomos que as massas vivem, de um modo necessário e inevitável, sua experiência no meio de outros partidos que são estranhos ao programa do proletariado, enquanto o POR está empenhado em elaborar e fazer conhecer seu programa. Esta atividade no movimento de massas pode nos obrigar a tomar contato e a trabalhar com outras correntes de esquerda. O resultado de tudo isto não é outra coisa senão a confusão na cabeça dos operários sobre as finalidades do POR e das organizações com as quais está colaborando. A propaganda deve ser enfática para liquidar esta confusão. O que não podemos esquecer é que esta propaganda não pode de forma alguma substituir a experiência que as massas necessariamente devem passar. A confusão cessará quando os operários sofrerem na própria carne as nefastas consequências da política do partido que apoiavam. A propaganda partidária

ajuda a acelerar esta experiência, mas não a substitui. É importante não esquecer que a política frentista envolve o direito de crítica ao aliado ocasional.

É um erro confundir o Partido que está atravessando momentaneamente o período de círculo de propaganda com uma organização que se empenha em manter-se isolada das massas e que pretende justificar teoricamente esta tendência maléfica. A revista partidária, ou qualquer órgão de divulgação propagandística do partido deve servir, se se atua revolucionariamente, para que o Partido adquira a preparação suficiente para poder penetrar nas massas. Em nenhum momento, repetimos, o Partido pode se isolar dos operários ou deixar de difundir o seu programa entre eles. O período propagandístico, que sempre existirá na vida do Partido, independente da vontade de sua militância representa a fase do Partido em que este ainda não está em condições de realizar um trabalho massivo. O contato vivo com as massas faz com que o partido examine permanentemente as transformações que ocorrem no seio das massas e que podem permitir modificar e superar sua própria forma de trabalho.

O partido pode ser chamado de massas quando efetivamente se converte em direção destas, quando controla suas organizações mais importantes, o que significa um bom número de militantes devidamente formados.

**Bolívia**

# A abstenção e o repúdio à farsa eleitoral foram os grandes ganhadores

De 4,6 milhões de inscritos, só votaram 30%. Se a esta enorme abstenção somarmos os votos brancos e nulos, que chegaram a 7,5%, vemos que a corrente antieleitoral é enorme.

Os dados mostram que uma forte atitude antieleitoral se manteve apesar da coerção, da pressão dos meios de comunicação, das campanhas milionárias, multas e ameaças de prisão por parte da corte eleitoral.

A abstenção teve de suportar todo o poder econômico e propagandístico da classe dominante. Foi combatida por mouros e cristãos, que terminaram suplicando: “Não importa, votem em branco, mas não votar”. Nem os que votaram em alguém acreditam nas eleições, sua ida à votação não significa confiança no “sistema democrático”, sabem que as eleições são uma farsa, por isso se acentuam as mobilizações e as massas permanecem lutando nas ruas.

As ameaças do Embaixador dos EUA de suspender a ajuda econômica se os bolivianos escolherem mal, e o medo da instabilidade econômica, influíram sobre os indecisos e isso polarizou a votação entre quem acredita que Goni é o candidato mais coerente do modelo neoliberal e os descontentes que, numa atitude antiimperialista, votaram no MAS.

O POR foi o único partido que levou adiante uma campanha antieleitoral aberta, arrastando pelas ruas de La Paz e El Alto uma enorme cédula eleitoral carregada de sujeira. Denunciou, em alta voz, que a “democracia” é o governo dos ricos, da burguesia. Que suas leis protegem a propriedade privada dos empresários e das multinacionais. O parlamento, instituição corruptora, respeita e respeitará os limites marcados pela

ditadura da classe dominante e o imperialismo. Só conheceremos a verdadeira democracia direta no Governo Operário e Camponês, apoiados na apropriação dos meios de produção e nos órgãos de poder operário.

## O MAS, uma Posição Equivocada

O desconhecimento social se canalizou para uma posição equivocada: o MAS (Movimento Ao Socialismo, não é um Partido) é um movimento dentro do qual existem estalinistas, guevaristas, socialistas, ex-trotskistas, indigenistas e esquerdistas arrivistas de toda a laia; todos pró-burgueses presos como carrapatos ao caudilho cocaleiro, que utilizou os conflitos sociais como trampolim para seu carreirismo parlamentar.

Na prática e em sua política, Evo Morales desenvolve a ideologia da burguesia e com ela pretende chegar a ser presidente do governo burguês. Por outro lado, a verdadeira política revolucionária coloca a destruição do Estado burguês, incluindo seu parlamento, com a revolução, mediante a insurreição armada para instituir a ditadura do proletariado. Devemos destruir o Estado burguês, não é possível sua transformação qualitativa, gradual, pacífica, a partir de seu interior; enquanto o poder permanece nas mãos da classe dominante. Numerosas experiências nos ensinaram que a política reformista conduz à derrota. Recordemos da UDP e o governo Allende no Chile.

Para impressionar os que buscam uma nova esperança, Evo anuncia que recorrerá à mobilização e aos bloqueios. Para quê? Para conquistar algumas reformas da política neoli-

beral. Essa “genial” tática já foi praticada na luta cocaleira. A equipe parlamentar de Evo não pôde evitar a erradicação da folha de coca, mas, ao contrário, somou-se à luta contra o narcotráfico e exigindo o cumprimento da Lei 1008, concluiu substituindo o direito ao livre cultivo da folha de coca por um miserável cato.

O futuro do MAS está definido pela crise econômica, esta só poderá ser resolvida através da revolução, não através do parlamento. Quando os esquerdistas democratizantes difundem que “agora sim, há uma verdadeira oposição ao parlamento”, autodeclaram que serão oposição dentro do marco do capitalismo, dentro das mesmas leis que defendem a grande propriedade privada. O MAS cumpre um papel distracionista no avanço da consciência dos explorados, cria a expectativa momentânea de que, a partir do parlamento, se poderiam resolver as necessidades dos explorados, ou que, mediante leis boas, se poderiam reverter as políticas neoliberais. Isto quando os explorados clamam pelo fechamento do parlamento e o capitalismo está em plena desintegração.

O MAS é um obstáculo no caminho da independência ideológica e política frente à burguesia e suas instituições.

O trabalho revolucionário é ajudar as massas a superar o mais rapidamente possível esta posição equivocada e nos soldar à estratégia revolucionária do proletariado: destruir a grande propriedade privada pela via insurrecional para instaurar o socialismo (a propriedade social).

(Extraído de URMA n.º 43 - Boletim da União Revolucionária dos Mestres de La Paz julho de 2002)

**Bolívia:**

# Porque o POR é necessariamente legal e clandestino?

## A Causa Fundamental

O Partido Operário Revolucionário proclama que sua finalidade estratégica é a revolução e ditadura proletárias e não outra; para isso, é necessário sepultar a grande propriedade privada dos meios de produção para substituí-la pela propriedade social, ou seja, substituir a atual sociedade capitalista atrasada, de economia combinada e integrante do capitalismo mundial, por uma comunista, pela pátria mundial.

É a essência de sua política que lhe obriga a se rebelar contra a grande propriedade privada burguesa; contra o ordenamento jurídico e a constituição vigentes; contra o Estado e as autoridades de plantão da classe dominante. Ninguém pode duvidar que o Partido Operário Revolucionário é uma organização conspirativa.

Isto explica porque o trotskismo se vê submetido à repressão e vigilância sistemática, não somente pelas autoridades, os juízes e a polícia bolivianas, mas também dos que dependem do imperialismo, particularmente o norte-americano.

O POR é a seção da IV Internacional (atualmente do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, CERQUI). Nenhuma disposição legal reconhece o internacionalismo proletário.

## Clandestinidad Obrigatoria

A natureza conspirativa do POR lhe obriga a ter uma dupla forma de organização: a clandestina e a legal.

Ninguém ignora que o POR realiza tanto atividades legais de conhecimento público como outras clandestinas. Para dar um exemplo compreensível, diremos que os poristas percorrem as ruas realizando atividades propagandísticas, de protestos etc. garantidas por lei; mas também se movem sem serem vistos, sem deixar rastros, por túneis subterrâneos, próprios da conspiração. As vezes deixam pistas

do que fizeram, outras vezes não.

Dizemos que tomaremos o poder através da insurreição, quer dizer da ilegalidade, mas podemos prepará-la legal e publicamente.

As atividades legal e a clandestina não se opõem, mas se complementam entre si, são igualmente necessárias. Se nos encaminhamos para a insurreição

temos de nos armar e esta é uma atividade clandestina.

Clandestinidad e legalidade são igualmente necessárias, uma se impõe à outra segundo a evolução política das massas.

(Extraído do Jornal Massas Boliviano n.º 1814 de 02/08/2002)

**Adquira com o distribuidor deste jornal:**

## Revista Proletária da Educação

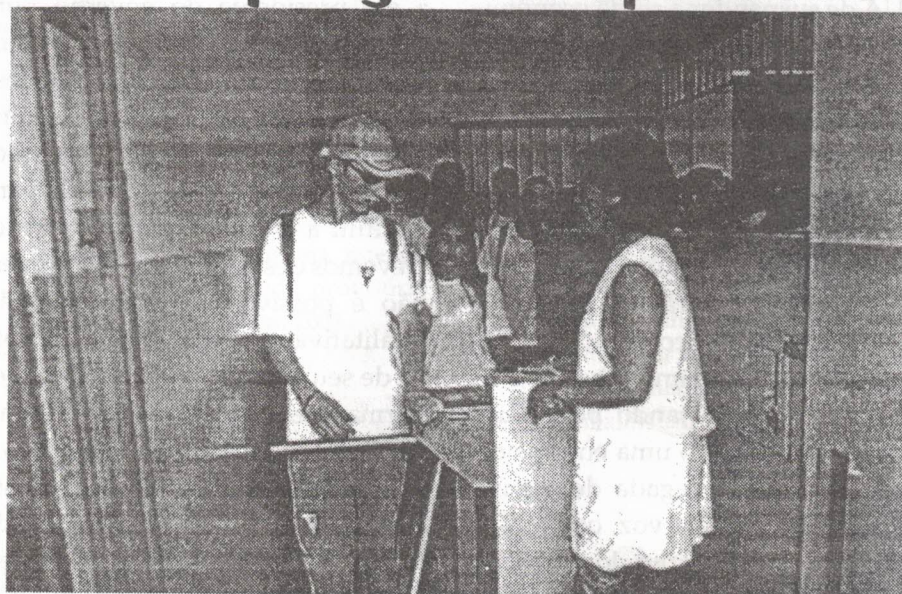
Revista Teórica da Corrente Proletária na Educação  
Número 5 - Julho de 2002 - CP 01171 - CEP 01059-970

### A destruição da escola pública nos EUA

### Marx e a educação

### O papel da Religião

## A escola e a juventude: o capitalismo só oferece desemprego e repressão



## Concepção Marxista da Educação: a escola vinculada à produção social